

Sobre o Estado

De Pierre Bourdieu

Companhia das Letras / São Paulo, 2014
Trad. de Rosa Freire d'Aguiar

|| Afrânio Garcia Jr.

CONVITE AO ESTUDO DA REALIDADE SIMBÓLICA DO ESTADO

Em cursos proferidos no Collège de France durante os anos universitários de 1989-90, 1990-91 e 1991-92, Pierre Bourdieu analisou a máquina burocrática que caracteriza os Estados modernos — com seus serviços de saúde, educação, suas Forças Armadas (exército, polícias), sua justiça (tribunais, sistema penitenciário) etc. — em sua relação com as instituições legislativas e executivas submetidas à concorrência política aberta e que fixam os objetivos e meios desses serviços, mas dedicou especial atenção à inscrição do Estado na subjetividade dos cidadãos que asseguram sua existência. Ponto de partida de sua reflexão é que a materialidade do Estado repousa tanto na concorrência (eleitoral ou por concurso público) para o provimento dos cargos de decisão, nos modos de funcionamento da burocracia que leva à prática o decidido naquelas instâncias, quanto na crença em seu poder, na aceitação de sua existência como fato evidente. As representações sobre o Estado penetram em nossas cabeças, ou em nossos inconscientes, e informam o olhar que dirigimos às manifestações do que chamamos de Estado. Uma das maiores dificuldades para pensar o Estado é justamente a necessidade de não ficarmos restritos às formas que o Estado nos incutiu para percebê-lo.

O fundamento da legitimidade do Estado estaria bem menos no consentimento de seres conscientes de seus atos e pensamentos do que nas categorias de percepção que nos habitam, que reforçam a energia mobilizada para os atos possíveis e restringem o horizonte do pensável, como a língua que nos serve de meio de expressão. O reconhecimento do Estado é uma componente central para sua existência cotidiana, mas ele é obtido por processos de socialização bem mais complexos e diversificados do que se supõe na visão do consentimento, como adesão livremente adotada por sujeitos senhores de seus destinos. Aqui parece residir a contribuição específica de Pierre Bourdieu para a teoria do Estado: examinar como foi (e é) obtido o reconhecimento para o funcionamento de entidade coletiva a regular a ordem da vida social. O Estado fornece o princípio do consenso sobre os eventos mais básicos da vida social, como a temporalidade, a organização do espaço, os pesos e medidas adotados no dia a dia, e ele prescreve os modos de resolver os conflitos sobre o destino coletivo. Mas o Estado é também uma “ilusão socialmente fundada”, para usar a expressão de Durkheim voltada ao entendimento de Deus, ser dependente da credibilidade em sua existência. Parte de sua força (ou fraqueza) está vinculada à potência que lhe é atribuída pelos que dependem de suas decisões e atos. E para tratar desse aspecto, os cursos retomados neste livro mobilizam as questões e os instrumentos de pensamento forjados ao estudar o campo intelectual desde meados dos anos 1960, sobretudo como se ganha (e se perde) credibilidade como autor de determinadas idéias. Nos anos 1990 o objeto de investigação não é apenas a concorrência pela palavra autorizada como artista ou cientista, mas de que maneira a concorrência

pela representação de interesses coletivos resulta em monopolização do poder de falar em nome de uma totalidade precisa.

A hipótese central do livro é anunciada nas primeiras páginas e permeia todos os questionamentos e demonstrações: o Estado se reserva o monopólio da violência física, como indicou Max Weber, mas sobretudo o monopólio da violência simbólica, adiciona Pierre Bourdieu. O ponto de vista do Estado é aquele que organiza o conjunto dos pontos de vista arbitrários e mesmo os mais contraditórios. Contudo, a origem social da implantação desse “ponto de vista supremo” e unilateral não é fruto da vontade coletiva compartilhada, nem é imposto por grupo coeso que busca dominar a totalidade, e todos os demais, em proveito próprio. As teorias que adotam de saída o pressuposto de que o Estado é o promotor do bem comum não explicam como esse ideal chegou a ser enunciado e impingido aos mais diversos detentores do poder (inclusive a tiranos) e ao conjunto dos cidadãos. Em vertente oposta temos os críticos do Estado que o percebem como instrumento de dominação da classe dirigente — particularmente nítido no pensamento marxista. Em ambos os casos, diz Bourdieu, o Estado é definido por suas funções, mas não se apresenta o princípio explicativo de sua implantação. A implantação de um ponto de vista que permite a integração moral de uma população, mas sobretudo de uma integração lógica sobre as divisões do mundo social, permite o acordo imediato entre os mais diversos indivíduos. Inclusive como condição dos conflitos sobre os modos de funcionamento do mundo social, pois para que os conflitos façam sentido é necessário um acordo sobre os pontos de desacordo e sobre as modalidades de expressão e negociação do desacordo. A referência explícita a Durkheim de *As Formas elementares da vida religiosa* atesta como

Bourdieu retoma o lugar do pensamento religioso num dos pioneiros da sociologia para atribuir ao Estado moderno o papel de promotor da integração lógica das populações que o fazem existir. A legitimidade do Estado como provedor dos princípios de divisão e organização do mundo social é pensada como atributo que permite fundar a comunicação entre os indivíduos, tanto para o acordo de vontades como na base dos conflitos.

Este livro, composto após a morte de seu autor, a partir de transcrições das conferências, dos esboços de plano e de artigos editados depois dos cursos, é revelador dos modos de pesquisar e de refletir de Pierre Bourdieu. A configuração do objeto de estudo faz largo uso das questões e métodos forjados ao longo de seu itinerário intelectual precedente, particularmente como as relações impostas pela concorrência entre intelectuais pela palavra autorizada contribuem para explicar tanto as inovações literárias, artísticas ou científicas quanto os temas obrigatórios e os tratamentos que lhes são dados. O conceito de campo revelara-se uma ferramenta de grande alcance para pensar o problema da “autonomia relativa” dos microcosmos intelectuais frente às condicionantes econômicas, políticas ou religiosas de uma determinada época. Essas investigações foram simultâneas às realizadas sobre o sistema educativo e a seletividade que opera ao dotar alguns de trunfos indispensáveis para carreiras literárias, artísticas ou científicas. Em finais dos anos 1960 a preocupação dominante é com a autonomização dos “campos intelectuais”, e a palavra Estado nem é referida em seus textos. Paulatinamente Pierre Bourdieu vai estendendo o uso da noção de campo para outros domínios da prática social, como o campo político e o campo econômico. O primeiro ano das conferências retomadas nesse livro — o de 1989 — coincide com o bicentenário da Revolução Francesa, quando ele publica a *Nobreza de Estado*, pesquisa de

grande fôlego sobre a morfologia social de toda a elite dirigente da França, especialmente de seus quadros de dirigentes políticos e do patronato econômico. Nesse particular, as conferências de 1989-92 dão continuidade ao investimento de pesquisa anterior. Mas o desafio que se impõe desde o início vai bem além de fundar as análises da diversificação do campo de poder na França, ou em nações de complexidade política equivalente. Busca repensar o Estado moderno, o que ia além do escopo tratado anteriormente. As conferências do primeiro e do segundo ano foram destinadas à apresentação das obras dos que ele considerou os principais teóricos contemporâneos a empreender um projeto como o seu: Habermas, Eisenstadt, Perry Anderson, Barrington Moore Jr., Charles Tilly, Reinhard Bendix, Theda Sckopol, Corrigan e Sayer (lista não exaustiva). As sínteses expostas servem de ponto de apoio para crítica cerrada, assinalando o que ele considera demonstrações necessárias e suficientes e lacunas que devem ser completadas por novas investigações, sobretudo aquela a que se propõe. Esse retorno reflexivo ao estado da arte sobre o conhecimento a propósito dos fundamentos do Estado inclui ainda, como seria de se esperar, o diálogo com o legado dos pioneiros das ciências sociais, a tríade Marx, Weber e Durkheim, sobretudo com seu predecessor Norbert Elias. O leitor pode verificar como a própria transcrição das falas teve que abrir espaço para as digressões, onde a matéria da reflexão pode vir tanto da discussão sobre cada autor separadamente, como de dilemas de sua pesquisa, ou de posturas teóricas rivais em sociologia. Não seria exagero ver nesse livro uma abertura para melhor entender a elaboração do pensamento de Pierre Bourdieu. A obra é muito menos uma súmula de tudo o que pensava a propósito do Estado do que apontamentos sucessivos que indicam caminhos e pesquisas a fazer para que melhor se conheçam os fundamentos do Estado moderno.

Nota-se, porém, o esboço nítido de sua própria linha de argumentação em livro a ser redigido posteriormente (nesse sentido trata-se de obra inacabada, mas delineada com nítidos contornos). Trata-se de um salto em suas concepções, a meu ver: nem o monopólio da violência física, nem o monopólio da violência simbólica são resultados espontâneos do processo histórico. Norbert Elias e Charles Tilly, principalmente, detalharam os meandros da monopolização progressiva dos meios de exercer a violência, e ao considerar essas pesquisas Bourdieu esboça as maneiras de entender a monopolização dos instrumentos da violência simbólica. Note-se que, sobretudo em 1991-92, para poder dar consistência de demonstração a seus argumentos, ele restringe a abrangência da análise da passagem do Estado dinástico ao Estado moderno aos casos francês e inglês. Pode então examinar em maior detalhe como surgiu a noção de “serviço público” ainda sob a vigência do Estado dinástico francês, e a progressiva autonomização e choque do capital cultural forjado pela burocracia em expansão frente à casa real e seu modo dinástico de reprodução. Da mesma forma, analisa como foram estabelecidas as conexões entre mercados diversificados ainda sob o Estado dinástico, abrindo a porta para a institucionalização do capitalismo, como estudara Karl Polanyi. O leitor pode constatar quanta pesquisa de sociologia histórica ou historiográfica recente estava sendo incorporada, quanta pesquisa nova necessita ser feita, e quanto o estudo sobre a gênese de Estado a partir de outras variantes (como Estado forjado a partir de burocracia colonial) permitira consolidar os novos horizontes delineados dessa maneira.

Ainda mais interessante é notar que, se o Estado é pensado, como todo “campo”, como terreno de disputas materiais e simbólicas, onde a concorrência entre os agentes pelo monopólio da palavra legítima é uma constante, não se trata de um

campo como os demais mas de um “metacampo”, de configurações sociais que subordinam os outros microcosmos. As lutas que aí se desenrolam têm por objetivo central concentrar o poder sobre os modos de funcionamento dos demais. Vê-se então que a “autonomização relativa” dos campos, postulada no início da carreira, dá lugar à reflexão sobre processos que a limitam ou mesmo podem produzir heteronomia em campos já autonomizados (para excelente estudo de heteronomização de campo literário ver o livro de Gisèle Sapiro, *La guerre des écrivains*). Os modos de existência do Estado preenchem assim um lugar à parte na configuração do “campo de poder”. Sem dúvida, esta obra assinala um momento novo na estruturação do modelo conceitual de Pierre Bourdieu.

Nesta curta resenha deste livro seminal não pudemos examinar de forma exaustiva as suas contribuições principais para a teoria do Estado. Mas esperamos ao menos haver contribuído para suscitar interesse por sua leitura e demonstrado como o livro propõe um roteiro de obras centrais — verdade que voltadas em particular para o universo europeu — a serem consultadas e como sugere caminhos para novas pesquisas sobre os fundamentos do Estado moderno. Exatamente nos anos que se seguiram à queda do Muro de Berlim, quando muitos se aproveitaram da brecha da ruína da URSS e do bloco soviético para profetizarem o fim do Estado e o reino exclusivo do “sistema de mercados formadores de preços”, regulados em escala internacional por conexões de mercados financeiros, Pierre Bourdieu produziu uma amostra exemplar do que chamava de “sociologia reflexiva” e de sua capacidade de enfrentar novos desafios empíricos e teóricos.

A universalização do modelo explicativo obtido nestas conferências supunha também o estudo da gênese do Estado nacional moderno segundo

outras variantes que as objetivadas para o Estado dinástico; a consideração do caso de Estados como o brasileiro, ou de países da América Latina, que se afirmam e se legitimam ao construir suas economias nacionais ao longo do século XX, como os estudou Celso Furtado, parece ser altamente promissora e se inscrever no próprio movimento provocado pelas conferências e cursos que estiveram na origem deste livro (como revelam certos números de *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*). O leitor desta nota poderia estranhar que seu título faça referência a convite ao estudo de Estado a partir de um sociólogo que se notabilizou por se dedicar à pesquisa sobre a dimensão simbólica das práticas sociais?

§